

## **O sistema está à beira da morte. O crime exige combate**

**Antônio Orfeu Braúna**

Advogado e Delegado de Polícia Aposentado

A mídia vem noticiando e, até com certa timidez, pedindo providências oficiais para se dar uma solução ao excessivo número de homicídios, principalmente não apurados, no período de dez anos em Minas Gerais. Também sobre marginais que ateam fogo a ônibus. Aqui sem que se registrassem vítimas pessoais.

A situação tornou-se banal e, apesar da insistência de profissionais da imprensa – destacando-se os mais experimentados – não parece preocupar as autoridades. É assunto de um ou outro membro do Ministério Público – e de conhecidos políticos, nos inócuos discursos e comissões que, invariavelmente, responsabilizam os órgãos policiais.

Não se pode negar que as coisas, como caminham, devem-se também a um descaso das unidades policiais. Estão desmotivadas. A elas competem a apuração dos crimes (Polícia Civil) e a adoção de medidas preventivas, para evitar tais ocorrências (Polícia Militar). Só que as causas primeiras são devidas ao desinteresse, ao amadorismo e, diga-se logo, à falta de firmeza e preparo de alguns eventuais responsáveis pela precária segurança pública.

Se não me engano, o fenômeno já aconteceu antes. A Polícia Civil, entendam-se as delegacias de homicídios e furtos e roubos, chegou a acumular em suas gavetas cerca de 6.000 casos sem apuração. Era o final dos anos 70 e se estendeu até o início da década de 90. As unidades tinham cerca de 40 homens, algumas poucas viaturas; não mais que três delegados e cerca de seis escrivães. Não se ouvia falar em computadores e outros equipamentos eletrônicos. Os juízes criminais ocupariam três salas do velho prédio da rua Goiás. O hoje portentoso Ministério Público teria quatro promotores de Justiça. Nenhum se dizia órgão do MP. Em tal tempo, a entrega e a competência resolviam, quase de imediato, os casos mais graves, sem interferências. A polícia não se confundia com a hoje chamada Defesa Social. Eram raríssimos os casos de prescrição e, o índice da criminalidade, no início de 90, caiu ao chamado patamar do suportável.

Dirão que os tempos eram outros. Só que o problema era o mesmo e a política de segurança pública é que era a diferença. O ideal dos policiais, cujos nomes hoje são diversos, era o de sempre agir e combater a criminalidade. Só que, agora, o amadorismo e os interesses eleitoreiros os conduziram a algo próximo do nada (inclusive salarial). Nos últimos dez ou 12 anos, os governantes sucatearam nossa polícia e, por detrás das lantejoulas alardeadas, arrefeceram a índole de grandes profissionais.

Chegamos aonde chegamos. O sistema de segurança está à beira da morte. Nós também. E o bandido sabe disso. E aumenta sua ousadia. Quem de nós pensaria em organizações criminosas, dentro e fora de cadeias, mandando queimar ônibus ou trucidar adversários?

O crime exige combate contínuo e severo. E os policiais, reconhecimento. Sem isso, nem governador, de inquestionável competência técnica, consegue fazer o que deve.